

## **Elementos para entender a Educação do campo e seu movimento, ou de como este colabora com a ação do Estado na atualidade**

Marcos Antônio de Oliveira  
EED/CED/UFSC

### **Resumo**

O artigo discute como a educação “do” campo e seu respectivo Movimento colaboram, na atualidade, com a gestão do Estado. Primeiro diagnostica a origem do ideário da educação “do” campo para a questão agrária no populismo russo e no comunitarismo cristão que, a partir dos anos 1970, é atualizada no Brasil por parte da academia. Depois, analisando o Movimento por Uma Educação “do” Campo, identifica a aderência deste ao que se pode denominar de “fase defensivista” dos movimentos sociais, período no qual estes buscam mais colaborar com o Estado na elaboração e gestão de “políticas públicas”. Assim, o artigo conclui que tanto a educação “do” campo quanto seu Movimento são funcionais à gestão atual do Estado por: i) sua tentativa de potencializar um agricultor familiar, condizente com as ações do Estado de criar empreendedores no campo como forma de gerir os conflitos gerados por sua crise; ii) neste sentido, por seu ideário, reavivando a possibilidade de vida simples, ligado às comunidades e à natureza, colaborar com o Estado na sua tentativa de não permitir aos agricultores pensar em alternativas pós-capitalistas, mas sim pré-capitalistas e iii) as propostas da educação “do” campo, ao trabalhar com realidades específicas e com formação por áreas de conhecimento, também é aderente à ação do Estado por permitir a expansão da escola no mundo rural da mesma forma como esta se expande no espaço urbano, ou seja, com a ampliação da escola sem conteúdo.

Palavras-Chaves: Educação-do-Campo; Políticas Públicas; Movimentos Sociais.

### **Introdução**

Desde o I Enerà (Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária), ocorrido em 1997, muitos falam em “Educação do Campo”. Desde então um fenômeno vem se concretizando e ampliando em vários setores: a emergência de uma suposta necessidade de se adotar no meio rural uma escola que seja específica para este meio, para as populações ou grupos humanos que nele habitam. Surge o Movimento por uma Educação do Campo; na academia, surgem os cursos (graduação e pós-graduação) em educação do campo e, na gestão do Estado, as coordenadorias de educação do campo

atreladas aos ministérios ou às secretarias estaduais de educação, que faz desenvolver no Brasil, então, uma política nacional de educação do campo.

Entretanto, uma análise aprofundada das origens, razões, desenvolvimento e consequências deste fenômeno tem sido raramente realizada. Na verdade, inundam as publicações laudatórias e de júbilo a este suposto novo tipo de educação, mas um esforço sério e sistemático que busque o seu efetivo entendimento ainda é raro.

Este artigo procura contribuir para o entendimento do fenômeno da ampliação do debate acerca de uma suposta educação do campo no Brasil. Busca apresentar como uma educação do campo e seu movimento, o Movimento por uma Educação do Campo, colabora atualmente com a gestão atual do Estado brasileiro. Para isto, procura entender este a partir de dois enfoques. O primeiro, o modelo de sociedade e de projeto para o campo que as propostas deste tipo de educação apontam. Identificando sua origem nas interpretações das igrejas cristãs, demonstra como estes projetos, transmutados no Brasil pelos projetos das esquerdas após a década de 1960, apontam para a retomada do romantismo da relação homem-natureza-sociedade, tomada como elemento para a construção de um outro mundo rural, solidário, fraterno e respeitoso do meio-ambiente. O segundo enfoque demonstra como o movimento por uma educação do campo pode ser classificado como pertencente ao que se denomina de “fase defensivista” dos movimentos sociais, haja vista que busca, ao lado de uma condenação moral do capitalismo, a colaboração com o Estado na busca da concretização de políticas específicas para a vida no campo, na busca de um suposto “novo projeto de desenvolvimento”. Nestes moldes, demonstram-se como tanto as principais proposições daquilo que se autodenomina educação do campo como a ação de seu Movimento, são funcionais ao Estado atual. Para isto, demonstrar-se-á como: i) o modelo de uma educação para um “projeto de desenvolvimento pautado na agricultura familiar” auxilia a burguesia vender sua ideologia do micro-empendedorismo no campo e ii) como a defesa de uma educação pautada na super-valorização da prática e na desvalorização da teoria é funcional ao processo de “desescolarização da escola” trazida pelas políticas atuais de aligeiramento da formação docente e de desestímulo ao trabalho sistemático, por parte da escola, com o conhecimento científico.

Para isto, o artigo se divide em três partes, para além desta introdução. Na primeira resgatas as principais reivindicações da suposta educação do campo. Na segunda, discute como apareceu e se desenvolveu o Movimento por uma Educação do Campo, demonstrando como ele pode ser classificado como na fase “defensivista” dos

movimentos sociais e, na terceira, como a educação do campo e a ação do movimento tem sido funcional ao gerenciamento do Estado brasileiro nos últimos anos.

### **Educação do campo, comunitarismo cristão e romantismo revolucionário**

Dentro daquilo que se pode denominar de “esquerda” no espectro político (movimentos, ações e organizações que de uma forma ou outra lutam contra a ordem vigente), a questão agrária sempre foi tema de debate. No Século XX, tal discussão, em especial o papel dos camponeses como integrantes de uma classe social e seu papel nas transformações sociais, foi pano de fundo das discussões que levaram à divisão do partido social-democrata russo em bolcheviques e mencheviques e às acirradas discussões após a revolução de 1917 na Rússia. De acordo com Linhart (1983), os mencheviques consideravam os camponeses atrasados e incapazes de aderir a propostas que ultrapassassem o limite da distribuição de terras em pequenos lotes. Portanto, considerando as necessidades de construção do socialismo, fase da completa integração entre o campo e a cidade, entre agricultura e indústria, consideravam que estes eram “carta fora do baralho” no jogo de forças que levariam à revolução. Desta maneira, e segundo Trotsky (1977) esta, por sua vez, deveria contar com as forças unicamente do proletariado.

Para os bolcheviques, a revolução socialista teria que ultrapassar a separação agricultura/indústria, campo/cidade e, portanto, ir além de mera distribuição de terras aos camponeses, de acordo com Engels (1981) e Lênin (1979 e 1980a). Entretanto, em que pese sua tática de comando da revolução pelo proletariado, os bolcheviques viam os camponeses como classe social a ser considerada e ganha para a grande transformação socialista. Ao considerar o papel dos camponeses, os bolcheviques conseguiram realizar a revolução socialista de 1917.

A construção do socialismo necessitou, entretanto, do aprofundamento das teses bolcheviques sobre o papel dos camponeses na produção da vida social. Antes mesmo do início da revolução havia no seio da esquerda na Rússia a discussão acerca do papel da pequena produção na agricultura. De um lado encontravam-se os denominados populistas russos e, de outro, os leninistas. Para os populistas, a perseverança deste tipo de ocupação no campo, mesmo com o avanço do capitalismo, era a prova de que esta não iria desaparecer e, além disto, que era possível a construção de um socialismo de base agrária, fundada na pequena produção na agricultura, como relata Berlin (1988). Para Lênin (1980b e 1982), a perseverança da pequena produção na agricultura era

justamente a prova do contrário, ou seja, de que se o capitalismo necessita de pessoas para consumir, necessita que as mesmas tenham dinheiro para comprar as mercadorias e uma das formas de conseguir isto é com a existência deste tipo de empreendimento no campo.

As posições de Lênin e dos bolcheviques provaram ser verdadeiras. Após a revolução o poder socialista não poderia se sustentar se não contasse com amplo apoio nas massas camponesas, especialmente após a invasão estrangeira e, depois, principalmente a partir dos anos 1930, foi a coletivização das terras na já União Soviética que garantiu o aumento da produção de alimentos e o atendimento das necessidades alimentares da população . (BETTANIN, 1981)

Mas o pensamento populista continuou a produzir suas teses. Desde o início do Século XX Alexander Chayanov sustentava que a pequena produção na agricultura não tinha o caráter capitalista e, portanto, o entendimento de sua lógica de produção e vida não dependia de fatores econômicos, mas de uma relação subjetiva entre penosidade do trabalho do camponês e os benefícios dele decorrentes.

“Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família; em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido. (.....) Enquanto não atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo o tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. (CHAYANOV, 1981, p. 139)

Ou seja, o autor refunda o populismo, dando a ele novos instrumentos de análise. Com isto, pode-se pensar na possibilidade da construção de outra ordem social valendo-se das formas de vida dos camponeses, superando o capitalismo por uma sociedade socialista baseada na pequena exploração agrícola.

A partir dos anos 1970 a academia francesa, na produção de Hughes Lamarche, traz o reavivamento das posições de Chayanov. Lamarche (1997) faz uma pesquisa sobre as formas de produção no mundo atual e conclui que há, em todos os países, um tipo de agricultura que não está interessada no lucro e que se baseia principalmente na mão-de-obra dos donos dos estabelecimentos, baseada numa “agricultura familiar”.

Estas teses são trazidas ao Brasil a partir de alguns pesquisadores. Tendo trabalhado em com Lamarche, Maria de Nazareth Baudel Wanderley publica dois

artigos que dão conta da transferência deste pensamento para o Brasil. Em *Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção* (WANDERLEY, 1995), a autora afirma que há a emergência no país do agricultor familiar. Em *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro* (WANDERLEY, 1999) defende a tese de que o que existe no campo brasileiro são agricultores familiares e de que os então denominados camponeses são, em realidade, um dos tipos deste suposto tipo de agricultor.

No início dos anos 1990 aparece o livro de Ricardo Abramovay: *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (ABRAMOVAY, 1991). Nele defende a tese de que em todas as nações em que o capitalismo se desenvolveu a denominada agricultura familiar teve um papel significativo, não desaparecendo. Para o autor, estava estabelecida a prova de que os denominados modelos de desenvolvimento no campo não se davam, unicamente, pela ampliação das produções em larga escala mas, também, poderiam se dar com base na pequena produção.

Nesta época surgem as produções de Maria José Carneiro. Tendo estudado na França os moldes e maneiras de adaptação dos agricultores de uma região à sua transformação numa estação de esqui, a autora conclui que os agricultores não são necessariamente submetidos pela nova lógica implantada, mas que desenvolvem um conjunto de formas para nele adaptar-se. (CARNEIRO, 1995)

Para entender o pensamento populista no Brasil merecem destaque duas outras produções. Veiga (2002), combinando densidade populacional, população absoluta e localidade dos municípios, conclui que a maior parte destes no Brasil seria rural. Fernandes (2008), por sua vez, diz que o predomínio do mundo rural por parte do latifúndio não seria tão significativo pois há “territórios do latifúndio” e “territórios da agricultura camponesa e familiar” e estes, tanto representam 60% do território atual do rural brasileiro quanto dependem mais das culturas e redes de relações criadas pelos atores sociais presentes neste espaço.

Estas produções reavivam e dão novo horizonte ao pensamento populista russo como forma de pensar e buscar organizar o espaço rural no Brasil. Se para este o que funda o trabalho familiar é o balanço subjetivo entre os produtos derivados do seu trabalho e o esforço necessário para obtê-lo e, portanto, a forma capitalista não é a única, nem a maior, forma de produção existente no mundo, a academia brasileira diz: i) com Wanderley, que a maior parte dos agricultores existentes no Brasil são familiares; ii) com Abramovay, que existe outra forma de produzir na agricultura cuja dinâmica é dada pelo agricultor familiar; iii) com Carneiro, que a evolução do capital sobre a

agricultura faz com que os agricultores busquem outras formas de vida, mas ainda camponesas; iv) com Veiga, que o rural no Brasil é mais importante que se pensa e v) com Fernandes, que a maior parte do território rural brasileiro é camponês. Desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 há uma produção intelectual que diz que para o campo há a necessidade de um novo padrão de desenvolvimento, que deve pautar-se não por uma agricultura de larga escala mas, ao contrário, de pequena escala, de que o homem deve produzir seus alimentos de forma mais simples, em contato mais direto com a natureza.

Este ideário encontra os movimentos sociais do campo, já portador deste. O debate acerca da questão agrária no Brasil remonta à década de 1950, com o embate entre os que consideravam a origem feudal do país e os que viam seu nascimento já como capitalista. O primeiro grupo influenciou nos anos 1950/60 as Ligas Camponesas, que constituíram-se como organizações que exigiam a reforma agrária como uma “reforma de base” para as mudanças sociais que então exigia a sociedade e sua passagem de um semi-feudalismo para o capitalismo. O segundo grupo, albergado na academia e numa parte do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e entendendo que o país já nasce capitalista, tinha uma visão mais economicista da reforma agrária, ao concebê-la como forma de garantir a oferta de alimentos para o abastecimento da crescente população urbana.

Com o golpe civil/militar de 1964 ganha o debate as teses dos professores da USP que, capitaneados por Antônio Delfin Neto, viam a questão agrária como sendo uma questão de técnicas de produção adequadas que garantiria a oferta de alimentos. O Estado brasileiro passa então a colocar à disposição dos agricultores os instrumentos para o aumento da produção e permite a passagem do “complexo rural ao complexo agroindustrial”. (SILVA, 1996)

As organizações dos agricultores não concordaram de imediato com este caminho, o que levou a dois processos. O regime endureceu, aniquilando fisicamente os agricultores e as organizações que lutavam por outra proposta para a solução da questão agrária que não a adotada. Além disso, as igrejas cristãs começam a preocupar-se com a ligação dos sindicatos de agricultores no Brasil com o PCB. Segundo Silva (2006) tomam a decisão de formar e influenciar sindicatos que tenham o projeto da igreja para o campo, ou seja, a implementação de propostas semelhantes ao do populismo russo, como afirmam Torrens (1989), Guimarães (2006) e Velho (1982). Para Guimarães (2006) a proposta da igreja para o campo pode ser classificada como “comunitarista

cristão”, pois derivado do ideal cristão de vida em pequenas comunidades, em que todos se conhecem e vivem em harmonia com a natureza. Oriundo da Encíclica *Rerum Novarum*, o indivíduo deve procurar viver em humildade, comunhão com os outros e seu meio, o que exige que busque, por conta própria, produzir seus alimentos sendo indigno delegar esta produção a outrem. Para Velho (1982) a igreja, tendo uma relação de negação moralista do capitalismo e arraigada a um agrarismo pré-capitalista, não consegue ver os avanços civilizatórios deste e, assim, não vislumbra a superação do mesmo, mas somente o retorno ao passado histórico. Para Torrens (1989) as bases do projeto da igreja para o campo são os mesmos do populismo russo: a vantagem da pequena frente à grande exploração na agricultura e a possibilidade da história voltar atrás, ou seja, de se construir uma sociedade nova pautada nesta exploração.

Com este ideário são constituídos, segundo Tumolo (2002), Silva (2006) e Zanella (2004) boa parte dos sindicatos e organizações de agricultores a partir dos anos 1970. Assim, de ong's a sindicatos e centrais sindicais (CUT-Central Única dos Trabalhadores), a associações de agricultores e partidos políticos (PT-Partido dos Trabalhadores), todos têm como ideário para o agro o “comunitarismo cristão”. (GUIMARÃES, 2006)

Este ideário, também, se aproxima daquilo que Ridenti (2006) denomina de “romantismo revolucionário”, no sentido de que este se refere ao pensamento social que acredita na possibilidade da humanidade viver em harmonia com a natureza. Se este pensamento é comum na ciência social atual (BRANDENBURG, 1999), Ridenti (2006) diz que no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, a esquerda revolucionária que tentou tomar o poder nos anos 1960/70 e não conseguiu, reciclou seu pensamento, condenando o capitalismo, mas numa condenação moral que prega, atualmente, o retorno ao passado e à vida em comunidade, bem ao romantismo europeu de Jean Jacques Rousseau.

Assim, este ideário perpassa as organizações dos agricultores na atualidade, da CUT à Contag-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Fetraf-Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar ao MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e às Ong's. Mas foram estas organizações, ao lado de agentes do Estado (ONU/UNICEF), que primeiro falaram em educação “do” campo. Com isto, esta educação também reflete o ideal societário do comunitarismo cristão/romantismo revolucionário/populismo russo. Esta afirmação pode ser verificada tanto em termos dos proponentes desta educação, componentes do Movimento por uma

Educação do Campo, em que sempre aparecem o MST, a CPT-Comissão Pastoral da Terra, quanto a CUT, a Contag e algumas ong's (MUNARIM, 2007), quanto em termos das propostas deste tipo de educação. Estas, como podem ser verificadas tanto nas cartas de seus encontros, quanto nas formulações de seus principais formuladores (Roseli Salete Caldart e Miguel Arroyo), sempre defendem uma escola pautada no local (com professores da localidade, com organização do trabalho pedagógico pautadas na realidade do trabalho cotidiano), sempre atrelada à vida camponesa.

Desta forma, há relações entre as proposições da educação “do” campo e o ideário da igreja para o mundo rural. Sendo este pautado na busca da vida em comunidade, numa relação harmoniosa com o ambiente, afeita aos princípios do romantismo, na realidade a educação “do” campo apresenta basicamente o mesmo ideário. Isto é, faz parte do movimento que busca alternativas para a organização social no mundo rural na atualidade, mas que remete, dada a condenação moral do capitalismo, a um passado pré-capitalista.

### **Movimento por Uma Educação do Campo e fase defensivista dos movimentos sociais**

Como visto acima, do ponto de vista societário, as propostas da educação “do” campo e seu movimento encaminham para a transformação social baseada na emulação da pequena produção na agricultura como forma de se contrapor ao modo capitalista de produção. Assim, dentro dos grandes marcos teóricos, pode-se dizer que a educação o campo enquadra-se dentro do romantismo que defende que a humanidade pode viver em harmonia com a natureza. Esta postura, na realidade, é a consequência da história dos movimentos sociais que demandam por educação “do” campo em sua vinculação com a igreja, com a ação do Estado no pós-1964 e da influência da academia que, a partir dos anos 1990, produz uma teoria para o rural ao quadro do populismo russo. Conclui-se, portanto, que tanto os denominados movimentos sociais quanto a academia passam a caminhar juntos nas propostas de um rural baseado nas supostas virtudes econômicas, sociais e ambientais da pequena exploração.

Ocorre que, segundo Ridenti (2006), estes movimentos enquadram-se naquilo que este denomina de sua fase “defensivista”. Para o autor, seguindo uma primeira fase anarquista e outra combativa, no Brasil o ideário das organizações dos trabalhadores e da esquerda, a partir do final dos anos 1970 até hoje, caracteriza-se pela plena aceitação, por estes, da continuidade do modo de produção capitalista. Assim, o encaminhamento



de suas lutas se dá na tentativa da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Neste sentido, as ações destes movimentos se pautam pela busca da “concertação” ou na influência sobre o Estado para operar as “políticas públicas” para garantir direitos.

As razões para tal movimento são várias. De um lado, Zanella (2004) aponta esta mudança nas ligações diretas que o movimento sindical brasileiro possui com a igreja. Tumolo (2002) aponta a vinculação do movimento sindical, principalmente cutista, ao sindicalismo reformista europeu, que desde o início do Século XX, trata as questões dos trabalhadores como aquelas da busca de melhor inserção dentro do quadro do capital. Oliveira (2002) aponta a transformação dos sindicatos no Brasil de órgãos combativos ao quadro do “sindicato cidadão”, aquele que educa os seus quadros a serem cidadãos que conheçam seus direitos e buscam participar da gestão do Estado via conselhos gestores, câmaras setoriais, etc. Ou seja, estejam preparados para elaborar e propor “políticas públicas”.

Do Movimento por Uma Educação do Campo participam organizações vinculadas tanto às igrejas (CPT e MST), quanto ligadas aos sindicatos e, dentro deste, à Cut (Fetraf e Contag). Desta forma, o ideário que estas organizações levam a este Movimento se enquadra à “sociabilidade do capital”, na busca das possibilidades de melhoria na vida do trabalhador/agricultor/camponês aos auspícios do capitalismo. Desta forma, duas ações são tomadas e potencializadas: a busca da participação nas esferas do Estado e a construção de “políticas públicas”.

É sabido, como comprovam Munarim (2007) e Arroyo (2006), entre outros, que desde o início de sua atuação as organizações que buscam a construção da educação do campo buscaram se articular com vistas à atuação frente ao Estado no sentido de nele entrar e buscar sua consolidação. Desde o final dos anos 1990 criaram as Articulações Estaduais por Educação do Campo. Em vários deles esta estratégia começa a dar resultado, haja vista que a partir de 2003 são criados setores, departamentos e ou coordenadorias de Educação do Campo dentro das Secretarias Estaduais de Educação.

Na esfera do Estado Federal, com a ascensão à sua gerência de Luís Inácio, trazendo consigo quadros do antigo sindicalismo e dos denominados movimentos e organizações sociais, em 2003, de acordo com Munarim (2011) é criado, na SECAD-Secretaria Formação Continuada, Alfabetização e Atendimento à Diversidade, o GPT (Grupo Permanente de Trabalho) em Educação do Campo. Este tinha como função “permitir o diálogo entre agentes do Estado e da sociedade civil” para a consecução das políticas em educação do campo. Ou seja, estes atores sociais participam da tomada de

decisão quanto à política a ser tomada pelo Estado Federal referente à educação. Praticam, assim, o entrismo no Estado, como elemento de disputa por hegemonia, como estes dizem. Segundo o Fonec:

“Como resultado desta luta pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses, foram conquistados programas educacionais destinados aos sujeitos do campo, dentre os quais se destacam o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), (.....); o Programa Saberes da Terra e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo); o Programa de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade/CAPES, entre outros”. (FONEC, 2012)

Em 2010, as organizações que davam vida ao Movimento por Uma Educação do Campo passam a se organizar no FONEC-Forum Nacional de Educação do Campo. Este continua a sustentar que a estratégia é ocupar espaço no aparato governamental com vistas a construir políticas públicas para este tipo de educação. Na sua carta de criação (Fonec, 2010) destaca-se, como um de seus principais objetivos: “O exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca das políticas públicas de Educação do Campo e, mesmo, a elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo”.

Em 2012, reunido em Brasília no Seminário Nacional de Educação do Campo, o Fonec fecha o mesmo com o lançamento de uma carta. Nele, fica explícito o atrelamento do Fonec à estratégia de busca de pautar no Estado os direitos de grupos específicos, típico da fase defensivista dos movimentos. Na sua visão de Estado, diz claramente que este é local de disputa de classes, ou seja, o concebe como mais um local em que se deve fazer a disputa por projetos.

“Compreendemos o Estado como condensação de forças existentes na sociedade de classes. Por esta concepção, o Estado age, por meio das políticas que adota, com base no movimento da disputa em torno de projetos políticos que acontece na sociedade sendo, pois, território de luta entre as classes sociais.....” (Fonec, 2012)

Nesta concepção de Estado, cabe adentrá-lo como forma de buscar a hegemonia e, esta, será conseguida com a articulação e adoção de políticas específicas. Estas terão como função buscar criar outro tipo de agricultura, “de base familiar e camponesa”.

“Trata-se do modo de fazer agricultura identificado hoje como “agricultura de base familiar e camponesa”, que poderá ser potencializado sob hegemonia de outra lógica de relações de produção, de políticas públicas, implicando em outra matriz produtiva e tecnológica, e tendo a centralidade no trabalho e não da reprodução do capital”. (FONEC, 2012)

Ou seja, o Fonec, representante da educação “do” campo, busca a implantação de políticas públicas educacionais, mas pautadas num projeto de vida para o campo que se contrapõe ao capitalismo e, para isto, busca a consolidação de outro tipo de agricultor, o familiar ou camponês. Neste sentido, vinca o populismo russo a um projeto educacional funcional à gestão do Estado.

**Para concluir, mas continuando: ou de como a Educação do Campo e seu movimento são funcionais à gestão atual do Estado**

Para Mézáros (2002) o capitalismo vive uma crise estrutural sem precedentes, haja vista que as formas de continuação da forma de regulação social sob o capital estão atingindo seus limites. Para o autor, a forma de continuidade do lucro capitalista pauta-se, atualmente, na destruição das estruturas criadas por este sistema e que significou avanços civilizatórios. Neste sentido, a ação do Estado atualmente pauta-se cada vez mais pela transferência de serviços que antes eram de sua responsabilidade para a de terceiros, originando o que se denomina de privatização dos serviços públicos. Como se percebe, esta a principal razão da ação “neoliberal” deste, ou a criação do Estado Neoliberal.

No campo vive-se um momento de expressivo avanço da forma de produção capitalista, o que traz dificuldades para a continuidade da produção da vida para uma quantidade cada vez maior de agricultores/camponeses. Assim, os camponeses são obrigados a migrar para outras localidades. Ocorre que, nas cidades, a “reestruturação produtiva” (KUENZER, 1999) também chegou e as possibilidades de vida neste espaço também se exaurem para quem nele chega. Assim, cria-se uma situação em que o Estado, em sua fase neoliberal, passa a adotar maneiras de gerir o conflito social condizente com sua política da busca de inserção restrita dos sujeitos e ou grupos sociais específicos aos processos produtivos.

Em resposta à crise que se passa no campo, o Estado tem tomado medidas de inserção de grupos, os denominados por este de “agricultores familiares”, a mercados e ou estruturas do assistencialismo social, pensadas como maneira de baratear o custo da regulação social, haja vista que a manutenção dos pobres no campo é mais barata que nas cidades. Desta forma devem ser compreendidas as ações do Estado para o custeio da safra (Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); o ProagroMais (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária para a Agricultura Familiar) que funciona como garantia de preço; o PAA-Programa de Aquisição da

Agricultura Familiar, que garante a aquisição de produtos deste suposto tipo de agricultor e, mais recentemente, a indicação de que no mínimo 30% dos recursos do PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar seja gasto com produtos deste tipo de agricultor. Com o avanço da produção oriunda da grande exploração capitalista no abastecimento alimentar brasileiro (ALVES, 2010) e a aplicação da grande parte do crédito rural neste tipo de atividade, a ação do Estado em orientar políticas para a denominada agricultura familiar, que obviamente recebem um volume de recursos bem menor, é a prova de que o Estado toma estas como necessárias ao combate à pobreza impedindo, ou represando, uma saída ainda maior de pessoas do campo.

Na educação, Oliveira (2012) já demonstrou como a política oficial de educação do campo se articula com a “reforma agrária integral” e à regulação social no meio rural. Para o autor, a incapacidade da gerência do Estado Federal em fazer reformas estruturais no agro é escamoteada por este pela implementação de políticas que jogam a responsabilidade histórica destas reformas sobre os indivíduos e grupos que nele vivem e, daí, a educação do campo. O que aqui se demonstrou, é que o próprio conceito de educação do campo e seu projeto político, bem como as ações de seu Movimento, colaboram com a gestão atual do Estado brasileiro. Isto ocorre por, pelo menos, três motivos.

Um deles refere-se ao fato de a educação do campo e seu projeto político estarem atrelados à tentativa de potencializar um suposto novo tipo de agricultor familiar/camponês. A ideia de que este seria, supostamente, portador da capacidade de dar outro rumo à vida no meio rural, aparece tanto nas ações do Estado quanto nas proposições do Movimento por Uma Educação do Campo. Como visto na primeira parte deste artigo, esta forma de pensar foi cimentada por estudos acadêmicos, desde meados dos anos 1990, com o projeto dos movimentos sociais no campo que, segundo Favareto (2010) desde então trocam seu ideário social por “um novo projeto de desenvolvimento, tendo como base a agricultura familiar e camponesa”. Como este artigo demonstrou, pode-se afirmar que este pensamento é cimentado pela ação do Estado, que busca em suas políticas formas de incentivo a este tipo de agricultura e agricultor.

Num segundo aspecto, a funcionalidade da Educação do Campo à ação do Estado remete à gestão da própria crise civilizatória que atualmente vive o capitalismo. Isto porque se Mézáros (2002) estiver correto esta crise é, a partir de agora, permanente. Neste sentido, à burguesia (e no Brasil ao latifúndio) cabe trabalhar num

mundo em que estes perdem cada vez mais hegemonia, haja vista sua política de destruição da capacidade civilizatória do capitalismo. Resta a esta, ao buscar enfrentar os problemas sociais e regular o metabolismo social, propor o recuo histórico. Ou seja, como o futuro da humanidade está condicionada cada vez mais à superação do capitalismo, que requer a incorporação de seus avanços civilizatórios, mas como estas classes não podem propor isto, fustigam a idolatria do passado, representadas nas propostas de uma educação e escola que se pautem pelo trabalho com sementes próprias, que incentivem o auto-abastecimento, etc. Este o real significado das propostas afeitas ao “comunitarismo cristão” e ao “romantismo revolucionário” da educação do campo. Neste sentido, uma educação nestes moldes colabora com a gestão do Estado porque permite à burguesia/latifúndio vender a ilusão ao agricultor/camponês que é possível a vida no campo nos moldes do capitalismo, haja vista suas políticas de empreendedorismo atreladas à agricultura familiar. Ou seja, permite aos primeiros ganhar ideologicamente os segundos fazendo da educação do campo uma arma a seu favor na luta de classes.

Finalmente, a educação do campo e seu movimento são funcionais à gestão atual do Estado porque dele aceitaram participar e dele participam. Como visto, com sua concepção de Estado “ampliado”, enxergando-o como *locus* de disputa por hegemonia, o Movimento adentrou uma fração deste e com ele colaborou e colabora na implantação da Política Nacional de Educação do Campo, com demonstra, Munarim (2011) e como reconhece o próprio FONEC (2012). A vinculação ao Estado, inclusive no que ele tem de neoliberal no sentido de atender às demandas de grupos específicos frente às políticas universais, é defendida pelo Movimento nas suas reivindicações de educação específica para os “povos do campo”, ou de um professor, ou de um pedagogo específico para a denominada “pedagogia da terra”. Com propostas como esta e com os denominados Cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, o Movimento inclusive contribui com a tão apontada “desescolarização da escola” (MORAES, 2003) no sentido de dela tirar conteúdo. Haja vista que os mesmos propõem cursos por áreas de conhecimento, prescindindo da formação de professores por disciplina, e dado o curto período de tempo para sua formação, estes cursos claramente representam a formação de um professor, no máximo, empírico-culturalista, única forma de justificar a formação, por exemplo, de um professor habilitado, ao mesmo tempo, para lecionar matemática, física, química e biologia. Este professor, mesmo sendo-lhe negada sólida formação disciplinar, é necessário para uma escola que é pensada muito mais para

funcionar como barreira à saída da população do meio rural. Ou seja, há que entender que este professor, mesmo constituindo-se no que Kuenzer (1999) denomina de “professor sobrando para uma população sobrando”, é necessário para as políticas da regulação da pobreza no campo atualmente, daí a ampliação da oferta deste tipo de cursos.

### **Referência**

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec. 1991.

ALVES, E., ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G. VIEIRA FILHO, J. E. R., NAVARRO, Z. (Orgs.) **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: Conab. 2010.

ARROYO, M. G. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. in: MOLINA, M. (Org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BERLIN, I. **Pensadores russos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

BETTANIN, F. **A coletivização da terra na URSS: Stálin e a revolução do alto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BRANDENBURG, A., **Agricultura familiar, ong's e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

CARNEIRO, M. J. T. Modernização e sociabilidade em uma aldeia dos alpes franceses. In: **Antropologia Social: Comunicações do PPGAS**. Rio de Janeiro, v. 6, p. 97-152. 1995.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da & STOLKE, V. (Orgs.). **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. in: SILVA, J. G. & STOLKE, V. (Orgs.). **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? In: **Estudos Avançados**. v. 24. n. 68. São Paulo, 2010.

FERNANDES, B. M. Educação do campo território camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Campo, políticas públicas e educação**. Brasília: INCRA/MDA. 2008.

FONEC-Forum Nacional de Educação do Campo. **Carta de criação**. Brasília, 2010. (Não publicado).

FONEC-Forum Nacional de Educação do Campo. **Notas para uma análise do momento atual da Educação do Campo**. Brasília. 2012. (Não publicado).

GUIMARÃES, J. R. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira. In: PAULA, D. G. de, STARLING, H. M. M., GUIMARÃES, J. R. (Orgs.) **Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2006.

KUENZER, A. Z. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. In: **Educação & Sociedade**. v. 20. n. 68. Campinas, 1999.

LAMARCHE, U. (Org.). **Agricultura Familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?** As questões pendentes de nosso movimento. São Paulo: Hucitec. 1979.

\_\_\_\_\_. **O programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980a.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980b.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LINHART, R. **Lênin, os camponeses, Taylor**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

MORAES, M. C. M. Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação. In: MORAES, M. C. M. (Org.) **Iluminismo às avessas**: produção do conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MUNARIM, A. Educação na Reforma Agrária: gênese da Educação do Campo no Brasil. in: LENZI, L. H. C., CORD, D. (orgs). **Formação de educadores em EJA no campo**: compartilhando saberes. Florianópolis: NUP-Núcleo de Publicações/UFSC. 2007.

\_\_\_\_\_. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século XXI, in: **Em Aberto**. Brasília. v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011.

OLIVEIRA, R. V. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. Tese de Doutorado. São Paulo: USP-FFLCH, 2002.

OLIVEIRA, M. A. de. **O MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário e educação “do” campo**: elementos par entender a questão agrária e a política educacional do Estado brasileiro para o meio rural na atualidade. 35ª Reunião Anual da Anped. GT 5. Porto de Galinhas/Ipojuca. 2012.

RIDENTI, M. S. Trabalho, sociedade e ciclos na história da esquerda brasileira. In: ARAÚJO, S. M. de, BRIDI, M. (Orgs.). **O sindicalismo equilibrista, entre o continuísmo e as novas práticas**. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp/Instituto de Economia, 1996.

SILVA, O. H. da, **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

TORRENS, J. C. S. A igreja no campo: revendo os populistas russos. In: **Presença**. Revista de Política e Cultura. Rio de Janeiro, n. 13, p. 85-114, mai. 1989.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Reforma Agrária**: Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57. 1995

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Universidade de Passo Fundo. 1999.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se imagina. Campinas: Autores Associados. 2002.

VELHO, O. G. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 125-136.

ZANELLA, A. **Trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai Gaúcho (1937-2003)**. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2004.